



ENTREVISTA

Mídia hegemônica tem sua credibilidade questionada: A jornalista Bia Barbosa fez uma análise do comportamento da grande mídia durante o processo eleitoral 2014. [pág_5](#)



ATENÇÃO ESTUDANTE PARANAENSE: 19º SANGUE NOVO ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS!

O objetivo do Sindicato é contribuir para a melhoria da qualidade de ensino nas escolas de Jornalismo. [pág_8](#)



Extra Pauta

JORNAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ | nº 107 | Novembro_2014 | www.sindijorpr.org.br



CCT 2014

Jornalistas paranaenses conseguem reajuste e avançam na regulamentação do estágio



Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas foi assinada. Trabalhadores terão 5% de reajuste, que eleva o piso para R\$ 2.735,46. Mas o principal avanço é a cláusula de estágio, que regulariza a atividade do estudante em 4 horas de carga horária [pág_04](#)

PREVENÇÃO

Empresas de comunicação do Paraná deixam CIPA de lado

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes tem como objetivo prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, além de promover a saúde do trabalhador. O Sindijor iniciou em novembro deste ano campanha para dar maior atenção ao tema [pág_03](#)

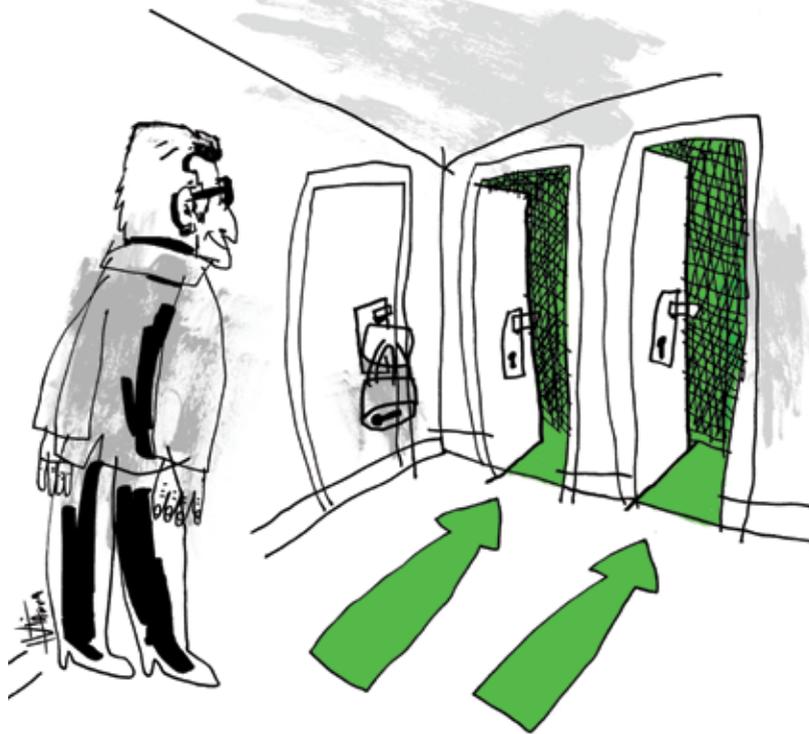


Fecha-se uma porta, abrem-se outras

As demissões na Gazeta do Povo, incluindo o fechamento de sucursais no interior, ganham um sentido trágico para muitos jornalistas que assistem o encolhimento do maior jornal do Paraná. Certamente é ainda mais trágico para aqueles que foram demitidos, mas também para aqueles que sonham em trabalhar no veículo. Mas é também o reflexo de um momento crítico, principalmente para o jornalismo impresso que vive um de seus momentos mais difíceis desde que o jornalismo de papel consolidou-se como referência. Não é só a Gazeta. Outros impressos também passam pelo mesmo problema. O Diário de Guarapuava fechou as portas, até onde se sabe. Os Diários Associados da região norte do estado dizem estar em dificuldade financeira. O mesmo discurso é proferido por Diário dos Campos e Jornal da Manhã em Ponta Grossa, O Paraná, de Cascavel, Gazeta do Paraná, de Foz, entre outros jornais locais com certa tradição.

Para qualquer dono de veículo impresso que se pergunte sobre o problema atual, provavelmente todos dirão que a grande vilã da história é a internet. Não apenas por conta da transmissão de dados, mas pelo modelo que impôs a informação gratuita, dinâmica e participativa. O público está migrando e com ele a publicidade e, portanto, o dinheiro, que é o que mantém e realmente importa aos donos dos veículos comerciais.

Independente das justificativas empresariais, a defesa do emprego deve ser sempre uma premissa



de qualquer sindicato. Porque se trata de trabalhadores, pessoas que sustentam famílias, apostaram suas vidas no jornalismo e gostam da profissão. Certamente não é dinheiro que convence uma pessoa a ser jornalista, com raríssimas exceções de profissionais bem remunerados. É por isso que o SindijorPR se coloca contrário a qualquer demissão. Porque fere o princípio básico do reco-

nhcimento e do valor de um profissional e acaba com as perspectivas daqueles que pretendem ser.

É neste momento que transparece a contradição do lucro, do jornalismo, atividade de interesse público, submetido, muitas vezes, aos interesses comerciais.

Mas a diminuição da capacidade de se fazer um jornalismo com mais qualidade e mais abrangente, traz também novas perspectivas. A notícia continua sendo um dos conteúdos mais acessados na internet. Significa, portanto, que a demanda pelo serviço aumenta, enquanto que o mercado convencional tem cada vez menos a oferecer. Em resumo, é preciso perceber que novas oportunidades começam a se abrir para o jornalismo.

Uma delas é a possibilidade de avançarmos na luta pelo crescimento da mídia pública no país, algo que vem sendo consolidado com o surgimento da EBC em 2003. O repasse de recursos públicos para a mídia pública (não confundir com estatal), um dos quesitos previstos na Lei da Mídia Democrática, é um passo importante para que se possa fazer um jornalismo mais autônomo e, portanto, percebido como esteio da democracia.

A partir de medidas que determinem regras para a mídia, seja ela pública ou comercial, é possível que o jornalismo se diversifique ou se desmonopolize a ponto de permitir o surgimento de novos veículos e, portanto, de novas formas de inserção em um mercado de trabalho cada vez mais saturado. O momento é agora.

ARTIGO

O retorno do FEBEAPÁ

Por Paulo Porto*

O jornalista Sergio Porto, conhecido como Stalisnaw Ponte Preta, fazia nos anos 60 uma espécie de comédia de fustias na perspectiva de uma elite economia burra e preconceituosa. Uma elite que tinha medo da 'cubanização' do Brasil, da invasão comunista e uma fraca crença da democracia. A partir destes relatos ele escreveu o livro FEBEAPÁ (Festival de Besteiras que Assolam o País). Caso estivesse vivo, Stalisnaw não hesitaria em afirmar que os "cocorocas" (termo que denominava essa 'elite') voltaram e seguem com suas passeatas por Deus, Família e Propriedade. Algumas pérolas do nosso recente FEBEAPÁ que brada: 'No Brasil não há democracia', 'Intervenção militar já', 'SOS Forças Armadas', 'Contra a invasão comunista' ou 'Jair Bolsonaro para presidente: um homem preparado e competente'.

Como nos anos 60, a grande mídia brasileira tem parcela de responsabilidade neste fenômeno, em especial, por plantar no imaginário popular a sensação de um governo autoritário. Acompanhamos a transformação de veículos de comunicação em instituições partidárias. Na tentativa de monitorar e dar cientificidade para este fenômeno que estamos tratando, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro criou um estudo denominado "Manchetômetro" que acompanhou a cobertura midiática das eleições de 2014 e chegou à conclusão da imensa participação dos veículos monitorados como o 'O Globo', 'Estado de São Paulo', 'Folha de São Paulo', 'Jornal Nacional' e, obviamente a 'VEJA', na campanha de Aécio Neves. Segundo a pesquisa, na semana que antecedeu as eleições o jornal O Globo apresentou 35 manchetes de caráter negativo a presidente Dilma Rousseff contra apenas quatro manchetes de caráter negativo a candidatura tucana.

Não resta dúvida da parcial e descarada participação da grande mídia nas eleições, algo somente comparado ao pleito de 1989, na qual se atribui a eleição de Fernando Collor ao adesismo incondicional dos grandes veículos de comunicação. Como não lembrar da histórica edição do Jornal Nacional do último debate, do sequestro do empresário Abílio Diniz transmitido ao vivo onde os sequestradores foram forçados pelo então Secretário de Segurança Luis Antonio Fleury a posarem para toda a imprensa nacional vestidos com camisetas do Partido dos Trabalhadores. Inúmeros estudos comprovam que estes fatos foram determinantes para a derrota do então candidato Lula.

Entretanto, a questão é que ao manipular e mentir descaradamente na perspectiva de seus próprios interesses esta mesma imprensa também termina por construir um público ávido destas mesmas mentiras para justificar também seus próprios interesses. Como já disse o célebre jornalista norte-americano Joseph Pulitzer: "Com o tempo uma imprensa cínica, mercenária e demagógica e corrupta formará um público tão vil como ela mesma". E foi exatamente este público, chamado por Sergio Porto de "cocorocas", que logo após uma legítima eleição desde ano desfilou seu ódio e sua ignorância na Avenida Paulista. Estejamos atentos!

* Paulo Porto é professor universitário, fotógrafo e vereador na cidade de Cascavel



NOTAS DE FALECIMENTO

Morre Luiz Alfredo Malucelli, o Malu

Em setembro o jornalismo paranaense perdeu Malu. O jornalista e colunista da Gazeta do Povo também era o sindicalizado número 64 - registro de dezembro de 1959! Foi diretor da então Rádio Guairacá e depois assumiu o Departamento Comercial da TV Iguaçu. A partir de 1970, quando mudou-se para a TV Paranaense, passou a escrever para a Gazeta e consolidou a carreira nas áreas de jornalismo, marketing e publicidade, sem nunca esquecer da gastronomia. Em 2011 publicou o livro "Casos do Malu - histórias, receitas e muitas risadas", junto com o amigo e jornalista Gilberto Fontoura.



Jornalista Lilian Lazaretti

A jornalista e assessora de imprensa da Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), Lilian Lazaretti, faleceu em setembro. Ela lutava contra uma insuficiência renal crônica e se preparava para receber um novo rim, que seria doado pela irmã. A cirurgia estava programada para acontecer no final do ano.



EXPEDIENTE

Extra Pauta é órgão de divulgação oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. ISSN: 1517-0217. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/PR. CEP 80010-000. Fone/Fax: (041) 3224-9296. E-mail: sindijor@sindijorpr.org.br
 Jornalista responsável: Regis Luis Cardoso (MTb 5849) extrapauta@sindijorpr.org.br
 Edição Gráfica e Ilustrações: Simon Taylor | www.ctrlscomunicacao.com.br
 Impressão: Grafnorte | Tiragem: 1.500 exemplares
 Data de fechamento desta edição: 06/11/2014

As opiniões aqui publicadas não refletem necessariamente a posição do Sindijor, são de responsabilidade do próprio autor. Envie também seu artigo: extrapauta@sindijorpr.org.br

Empresas de comunicação do Paraná deixam CIPA de lado

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes tem como objetivo prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, além de promover a saúde do trabalhador. O Sindijor iniciou em novembro deste ano campanha para dar maior atenção ao tema

Você sabia que o trabalhador jornalista pode disputar um pleito interno no seu local de trabalho? Sim, é a eleição da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Esta comissão tem papel decisivo na prevenção da saúde e da integridade física dos trabalhadores. Também garante estabilidade ao trabalhador que a integra; e é eleita pelos próprios jornalistas. Vale ressaltar que os membros eleitos passam por treinamento, antes de assumir seus postos, e têm a missão de identificar os locais insalubres e atividades de elevado risco ao desempenho do funcionário.

Sabendo da importância da tema, durante o mês de outubro a direção do Sindijor enviou notificação para 22 empresas de comunicação do estado que obrigatoriamente precisam implantar a CIPA. “O objetivo foi exigir o cumprimento do que está na Convenção Coletiva de Trabalho. O Sindicato solicitou documentos comprobatórios sobre a eleição da CIPA nas empresas e o nome dos representantes. Do total de escritórios, apenas sete empresas tem Comissão formada”, informou Guilherme Carvalho, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

De acordo com a NR-5 (Norma Regulamentadora), do Ministério do Trabalho, a CIPA é obrigatória em empresas que possuem acima de 20 empregados. Também a Lei 6514/77 e os artigos 163 (e seguintes) da CLT, tratam da constituição da CIPA nas empresas. A Comissão deve ser formada por meio de representantes do empregador e dos empregados. Os representantes da empresa, titular e suplentes, são designados pela própria. Já os representantes dos trabalhadores, titulares e suplentes, são eleitos em votação secreta, podendo participar qualquer funcionário interessado.

O empresário indica entre seus representantes o Presidente da CIPA e os representantes dos empregados escolhem o Vice. “Os membros da Comissão têm obrigação de divulgar aos trabalhadores da empresa as informações relativas à segurança e saúde no trabalho, divulgar e promover o cumprimento das normas regulamentadoras”, explica o advogado Christian Marcello Mañas, que faz parte do escritório Sidnei Machado e Advogados.

PROCEDIMENTOS LEGAIS

A CIPA faz reuniões mensais e é de responsabilidade do empregador convocar as eleições para escolha dos representantes dos empregados, 60 dias antes do término do mandato. “O edital de convocação deve ser afixado durante 15 dias, de maneira que todos os empregados que queiram se candidatar tomem ciência e se inscrevam. Todos os candidatos inscritos terão garantia de emprego até a eleição”, completa Mañas.

Ainda segundo o advogado, também é necessário publicar um edital com o nome dos empregados que se candidataram, de maneira que todos os outros trabalhadores saibam quem disputará o pleito. Esse que é realizado num prazo de trinta dias. Ainda segundo Christian Mañas, “algumas observações importantes devem ser feitas durante a eleição: respeitar os turnos de trabalho; a folha de votação deve ser assinada por todos os empregados que votam; o voto é secreto; todo empregado tem o direito a voto”.

ELEITOS: após ingressar na CIPA, os representantes eleitos recebem treinamento de 20 horas, conforme a NR-5. A empresa precisa protocolar, em até dez dias, no Ministério do Trabalho, as cópias das atas de Eleição de Instalação e Posse, além dos calendários anuais de reuniões, constando dia, hora e local, sendo doze reuniões entre o início e o término do mandato.

O mandato dos membros dura um ano e é permitida uma reeleição. “Vale ressaltar que é proibida a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção da CIPA; desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato”, aponta Mañas. A empresa deve guardar os documentos relativos à eleição, por um período de cinco anos. As atas de reuniões precisam ficar no estabelecimento à disposição dos agentes de inspeção do trabalho, assim como devem estar assinadas pelos presentes; com encaminhamento de cópias para todos os membros.

EVITE A MÁ NOTÍCIA:

PREVINA ACIDENTES



- INSTALAÇÕES INADEQUADAS:**
- ✓ CORREDORES LARGOS PARA FLUXO DE PESSOAS;
 - ✓ CABOS ELÉTRICOS ESCONDIDOS OU FORA DO TRÁFEGO DE PESSOAS;
 - ✓ PISOS ADEQUADOS E MESAS COM QUINAS CURVAS;
 - ✓ CADEIRAS COM MANUTENÇÃO ADEQUADA
- POLUIÇÃO AMBIENTAL:**
- ✓ LOCAS COM JANELAS E BOA ILUMINAÇÃO;
 - ✓ MANUTENÇÃO E AR CONDICIONADO
- VEÍCULOS:**
- ✓ MANUTENÇÃO REGULAR;
 - ✓ VELOCIDADE ABAIXO DOS 60KM/H;
 - ✓ RADIO NOS CARROS COM EQUIPAMENTO ADEQUADO;
 - ✓ CINTO DE SEGURANÇA



PREVINA ACIDENTES DE TRABALHO. FORTALEÇA A CIPA!

OPINIÃO DE QUEM ESTEVA LÁ:

“ A empresa só tinha CIPA pra cumprir a lei. Não somos ouvidos. Eu como repórter, levava as demandas da redação, mas quando ouvia as histórias da expedição e da distribuição, dos riscos a que eles estavam expostos e nada era feito, tinha até vergonha de pedir coisas como protetor solar para o repórter que vai pra rua; ou ar condicionado na redação ”

Roger Pereira foi membro da Comissão no extinto Grupo Paulo Pimentel (GPP), há cinco anos. Hoje é repórter no Jornal Folha de Londrina



Arquivo pessoal

“ Foi importante participar da Comissão porque na redação, até mesmo entre os jornalistas, não há muita participação na CIPA. Normalmente quem atua são profissionais de outros setores da empresa. Mas no dia a dia da profissão há problemas que os profissionais nem percebem, como ficar muito tempo sentado, falta de ergonomia e iluminação (que pode causar danos à visão) ”

Carlos Henrique Bório também fez parte da CIPA no GPP e pretende se candidatar à Comissão na eleição do GRPCOM. Hoje é jornalista na Tribuna do Paraná



Arquivo pessoal

Após meses de negociação piso dos jornalistas vai para R\$ 2.735,46



Regis Luis Cardoso

● Durante a Campanha Salarial 2014, representantes dos trabalhadores e das empresas de comunicação fizeram diversos encontros. Na foto, mesa de negociação no dia 25 de julho, na sede do SindijorPR

Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas paranaenses finalmente foi assinada. Trabalhadores terão 5% de reajuste, cláusula de estágio de 4 horas de carga horária e pagamento de retroativo em parcela única

Depois de quase seis meses de intransigência, jornalistas e empresários definiram a CCT 2014. O documento foi homologado e o salário normativo (piso salarial) dos jornalistas profissionais no Paraná não poderá ser inferior a R\$ 2.735,46 (dois mil setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Além do reajuste, os jornalistas têm para receber a diferença retroativa desde a data-base (1º de maio) a outubro. Para quem recebe o piso, o valor corresponde a R\$ 781,56 (130,26 x 6 –

sem computar os impostos / de acordo com o índice de inflação de abril = 5% com salário base de R\$2.605,20). O pagamento deve ser feito com o salário de novembro, em parcela única.

A direção do Sindijor não saiu satisfeita desta negociação. Para os dirigentes, poderia haver mais avanços principalmente nas questões não econômicas. Porém a marca da negociação coletiva 2014 foi à intransigência dos empresários da comunicação no estado do Paraná.

CCT 2014

Nova cláusula: Estágio em jornalismo

● A cláusula exige que as empresas de comunicação do estado aceitem o trabalho dos estudantes, desde que o estagiário apresente documento conforme a Lei 11.788/2008. Além disso, os contratos deverão ser enviados aos sindicatos de jornalistas (Curitiba e Londrina).

O estágio será permitido apenas aos estudantes que estiverem cursando a partir do 6º período ou 3º ano; a duração de contrato será de no máximo seis meses (com possibilidade de renovação por seis meses) e a jornada é de quatro horas diárias, ou 20 horas semanais. A empresa deverá disponibilizar, obrigatoriamente, ao menos um supervisor de estágio (jornalista profissional) para acompanhar o trabalho do estudante.

Um dos objetivos da nova cláusula é fazer com que

o estudante viva o jornalismo, por isso o estagiário poderá acompanhar o trabalho de um profissional, e também auxiliá-lo na apuração da notícia. Vale salientar que é o jornalista o responsável pela matéria ou notícia veiculada.

HISTÓRICO

Durante o ano, os trabalhadores realizaram assembleias pelo estado e rejeitaram de forma unânime a descabida proposta patronal de redução do piso do jornalista. Também foram às ruas e levaram o preto e o roxo para as redações, através da campanha #jornalistasmobilizados. Para a direção da entidade, as conquistas se refletem na participação dos trabalhadores no dia a dia do Sindicato.

LINHA DO TEMPO:

JANEIRO

Início da Campanha Salarial 2014. SindijorPR criou um questionário com 18 problemas que preocupam aos jornalistas paranaenses. As respostas ajudaram na montagem da pauta de reivindicações.

FEVEREIRO

O Sindicato recebeu as respostas dos jornalistas. Na sequência, definiu os principais itens e convocou assembleias extraordinárias.

MARÇO

Entidade enviou a pauta de reivindicação aos empresários. No fim de março foi realizada a primeira mesa de negociação entre trabalhadores e patronal.

ABRIL

Patronais deram início ao processo de intransigência que marcou a negociação coletiva de 2014. Chegaram a desmarcar mesa de negociação nas vésperas do vencimento da data base.

MAIO

No mês da data base a negociação travou. Os patrões queriam a redução do piso do jornalista. Os jornalistas fizeram assembleias e decidiram iniciar a campanha #jornalistasmobilizados e Dia do Preto e Roxo nas redações pelo estado. O NÃO ao piso diferenciado foi unânime e rejeitado pela categoria.

JUNHO

Em praticamente todas as regiões do Paraná os trabalhadores protestaram. Após mobilização, uma nova rodada de negócios foi marcada. Mais uma vez os empresários não compareceram ao encontro.

JULHO

Os jornalistas decidiram suspender negociação até que o patronal apresentasse contraproposta. Durante julho, novas mobilizações do preto e roxo pelo estado aconteceram.

AGOSTO



Clauco Túlio Guimarães

A negociação atingiu a marca negativa de quatro meses de intransigência patronal. Neste mês os jornalistas fizeram protesto no Estádio do Café, em Londrina, e no Couto Pereira, em Curitiba. Também houve panfletagem na Boca Maldita, na capital paranaense (foto) e em Cascavel, oeste do estado

SETEMBRO

Mês com agenda praticamente bloqueada pelos empresários. Mesa de negociações adiada e pautas da categoria negadas. O Sindijor e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte de Paraná solicitaram mais uma rodada de discussão. Não houve encontro.

OUTUBRO

Após cinco meses de intransigência, Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas é assinada. Trabalhadores têm 5% de reajuste, cláusula de estágio prevê 4 horas de carga horária e o pagamento de retroativo é definido em parcela única.

“ Não saímos satisfeitos da negociação coletiva. Achamos que poderíamos avançar mais, porém caminhamos de acordo com a capacidade de mobilização dos jornalistas ”

Guilherme Carvalho, presidente do Sindijor

Mídia hegemônica tem sua credibilidade questionada

O comportamento da grande mídia durante o processo eleitoral 2014, com criação de factóides e análises descontextualizadas, mostrou que algumas empresas de comunicação ainda seguem o modelo golpista que deu certo na “era Collor”

EXTRA PAUTA: A eleição 2014 ficou marcada por factóides, acusações pessoais e, na véspera da votação de segundo turno, a matéria de capa da revista *Veja* gerou muita polêmica. Qual a análise da atuação da imprensa hegemônica na eleição 2014?

Bia Barbosa: O comportamento dos grandes grupos de comunicação constatado neste processo eleitoral não é inédito. Já vimos, em outras ocasiões, como a decisão empresarial de apoiar um ou outro candidato à Presidência da República influencia diretamente na cobertura que é feita pelos veículos que integram este grupo. Foi assim em 1989, na disputa entre Lula e Collor, foi assim em 2006, na disputa entre Lula e Alckmin, e foi agora também. O diferencial, a meu ver, no último processo, foi a intensidade da ação desses grupos de comunicação contra a candidatura Dilma Rousseff. Diariamente havia “um escândalo” novo a ser noticiado, e os limites da ética jornalística foram largamente ultrapassados, como no caso da matéria de capa da última edição da revista *Veja*, baseada exclusivamente na suposta declaração de um réu confesso. Princípios básicos do jornalismo – como buscar o equilíbrio de fontes e a objetividade e se ater a fatos concretos – foram sistematicamente abandonados por grande parte dos veículos de comunicação. O jornalismo brasileiro sai, assim, com sua credibilidade ainda mais questionada deste processo eleitoral.

EP: E o papel da mídia alternativa, considera que houve o contraponto ao que foi veiculado pelos veículos de maior circulação?

BB: Os veículos alternativos online (blogs, sites etc) atuaram, sim, como espaço para a veiculação de contrapontos ao que saía na mídia impressa e televisiva, desconstruindo supostas verdades e mostrando diferentes ângulos das questões abordadas. A meu ver, no entanto, foi nas redes sociais e em novas ferramentas de comunicação como o whatsapp que este embate foi feito de forma substancial, com a própria militância de esquerda trabalhando para desmentir boatos e factóides. Sem dúvida articulistas e colunistas progressistas tiveram um papel importante para revelar o que de fato estava em jogo neste processo eleitoral e mostrar outra cobertura das ações do governo Dilma. Mas acredito que a definição de votos foi mais influenciada pela ação direta da militância e dos setores sociais que apoiaram Dilma no segundo turno do que da mídia alternativa em si.

EP: Acredita que os movimentos sociais terão mais respaldo após a reeleição de Dilma Rousseff?

BB: Acredito que o segundo turno foi importante para mostrar para Dilma que ela precisa dialogar com a sociedade civil organizada e com os movimentos sociais. Foram esses setores que, de forma militante, garantiram sua eleição. E Dilma só percebeu sua importância agora. Nem mesmo depois de junho o diálogo com os movimentos se estabeleceu de forma constante. Ele era feito por setores específicos do governo federal, como a Secretaria Geral da Presidência da República, mas não pela Presidenta em si. Agora Dilma parece ter acordado para a centralidade do diálogo em sua próxima gestão. Existe, no entanto, uma grande distância entre o diálogo e o reconhecimento das demandas colocadas pelos movimentos sociais e a transformação dessas reivindicações em ações e políticas concretas. Dilma já deu várias declarações dizendo que

Nas eleições de 1989, quando Armando Nogueira pediu demissão da TV Globo, muitos o transformaram no “mestre” da defesa por sobriedade no jornalismo. Na época, o jornalista e criador do *Jornal Nacional*, foi um dos pivôs de um importante momento político nacional: o debate Lula x Collor. Lembrem-se, na época houve caracterização de edição desproporcional, com o melhor de Collor e o pior de Lula. Esse fato culminou com a saída do jornalista da Globo.

Já em 2014, em contextos diferentes, tivemos o pedido de demissão do jornalista Xico Sá da *Folha de S. Paulo*, manifesto dos jornalistas mineiros contra a censura no estado e a matéria de capa da *Revista Veja* – considerada campanha publicitária em demasia e jornalismo quase que inexistente. Ou seja, passados 25 anos, a realidade da profissão ainda mostra pouco respeito pelo código de ética.

Para fazer uma análise da atuação da mídia nas eleições de 2014, além de trazer a discussão para o campo dos movimentos sociais e sindicais, o Sindijor conversou com Bia Barbosa, jornalista, membro da coordenação do Intervozes, da executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e da Comissão Nacional de Ética da Fenaj.



Arquivo pessoal

quer dialogar com todos os setores – e não apenas com a sociedade civil organizada. Isso é fundamental. Mas é o resultado destes diálogos, que necessariamente serão conflitivos, visto que grande parte das demandas é contraditória (o MST, por exemplo, quer a reforma agrária, enquanto o agronegócio quer mais recursos para expandir sua atuação), que permitirá nos dizer mais adiante se os movimentos encontrarão mais respaldo ou não nessa próxima gestão. Na minha avaliação, ou os movimentos se articulam e intensificam significativamente a pressão sobre o governo ou o resultado desses diálogos não será nada concreto do ponto de vista das nossas pautas.

EP: Quais são as reformas mais urgentes para o setor da comunicação?

BB: A comunicação no Brasil precisa passar por uma ampla reforma, visto que o marco regulatório (conjunto de leis, decretos e normas que regem o setor) está altamente desatualizado. A principal lei do setor – o Código Brasileiro de Telecomunicações – é de 1962, quando nem a TV em cores tinha chegado ao país! Além disso, todos os princípios estabelecidos no capítulo V da Constituição Federal, que trata da Comunicação Social, até hoje não saíram do papel. A Constituição prevê, por exemplo, que as comunicações no Brasil não podem ser objeto de monopólio, que a programação das emissoras deve fomentar a produção independente e os conteúdos regionais, que é preciso haver um sistema público de comunicação consolidado no país, etc. Tudo isso continua no papel, à espera de uma lei e de políticas públicas que transformem esses princípios em realidade. Atualizar nosso marco legal do ponto de vista tecnológico e também para garantir os direitos previstos na Constituição está entre as tarefas mais urgentes da nossa democracia.

EP: Muito se discute sobre o Marco Regulatório e a Lei de Mídia Democrática. Como você avalia a atuação do FNDC e do Intervozes para a democratização da comunicação?

BB: O Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática é justamente uma resposta da sociedade civil e dos movimentos sociais a essa necessidade de atualização do nosso marco regulatório para o setor. Ao longo dos governos Lula e durante o início do governo Dilma, havia uma expectativa de que o próprio poder público pautaria essa discussão com a sociedade. Em 2009 aconteceu a I Conferência Nacional de Comunicação, que apontou claramente para essa necessidade. O então ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Franklin Martins, deixou um anteprojeto de lei para um novo marco regulatório pronto para o futuro (e atual) ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. No primeiro ano da gestão Dilma, Paulo Bernardo disse que colocaria este anteprojeto em consulta pública, mas depois ficou claro que esta não seria uma prioridade daquele governo. Os movimentos decidiram então, articulados pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (do qual o Intervozes participa) lançar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática. Trata-se de uma proposta para uma nova lei geral para o setor, que precisa contar com o apoio massivo da população para chegar ao Congresso Nacional e ser aprovada pelos parlamentares.

EP: É possível tirar das mãos de poucas famílias ou de políticos o monopólio da mídia?

BB: Sim, é possível. Medidas de desconcentração da propriedade dos meios de comunicação já foram adotadas em inúmeros países, de maneira democrática. Dos Estados Unidos à Argentina. É preciso, no entanto, vontade política e muita mobilização social, porque a quebra de monopólios e/ou oligopólios, em qualquer setor, enfrenta forte resistência daqueles que se beneficiam desta concentração. E, aqui no Brasil, enfrenta o poder dos meios de comunicação de massa, que formam a opinião pública de maneira contrária, fazendo as pessoas acreditarem que a regulação do setor viola a liberdade de expressão e de imprensa e que seria uma prática de censura – nada mais falso. Em relação ao controle de emissoras por políticos, bastaria garantir o cumprimento da nossa Constituição, que já proíbe esta prática. Se o Ministério das Comunicações tivesse vontade política pra isso e se o Congresso Nacional e o Poder Judiciário não fechassem os olhos para isso, pelo menos esta parte do problema já teria sido resolvida.

EP: Para o futuro, qual o maior desafio dos movimentos sociais e sindicais para fortalecer a luta por comunicação democrática?

BB: O principal desafio é conscientizar a população de que a democratização dos meios de comunicação é essencial para a consolidação da democracia brasileira. Sem isso, poucos continuarão exercendo o controle sobre as informações e conteúdos difundidos para o conjunto da população, enquanto a imensa maioria da sociedade seguirá calada, recebendo tudo isso de forma passiva. Todas as democracias mais antigas e fortes do que a nossa já perceberam o quanto esta questão é estratégica, e por esta razão tem marcos regulatórios atualizados e eficazes, que garantem a diversidade e a pluralidade de vozes e opiniões nos meios de comunicação de massa. Enquanto a maioria da nossa população não perceber a centralidade desta luta, será muito difícil mudar este quadro no Brasil. E, assim, a liberdade de expressão do nosso povo seguirá sendo violada de maneira sistemática.

REFORMA POLÍTICA

José Patrício/Estadão



Ativistas favoráveis ao Plebiscito tomam as ruas de várias cidades pelo Brasil. Na imagem, ato em São Paulo

O desafio do governo Dilma

Durante processo eleitoral deste ano, diversos movimentos sociais e sindicatos fizeram a Campanha Nacional pelo Plebiscito Popular da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político

Após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, o Plebiscito Popular pela Reforma Política, mediante a um processo de constituinte exclusiva, tornou-se um projeto desafiador para o governo federal. Mesmo que Dilma tenha frisado durante sua campanha a importância da consulta popular para alterações no sistema político brasileiro, diversos políticos no Senado e Câmara Federal se colocam contra a proposta.

O que está em jogo, a partir de agora, é o conteúdo da Reforma Política e a necessidade de um Plebiscito Oficial que consulte a população. Desde novembro de 2013, quando o Plebiscito Constituinte foi organizado, a pauta sempre foi muito evidente: a convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Em outras palavras, isso significa fazer uma reforma que realmente mude o Sistema Político e possibilite maior representatividade popular.

PROTOCOLADO: No fim de outubro foi protocolado, na Câmara Federal, projeto de decreto legislativo para a convocação de uma assembleia constituinte exclusiva para a reforma política. Encabeçada por Luiza Erudina (PSB) e Renato Simões (PT), a lista de apoio ao projeto conta com a assinatura de 185 deputados, de vários partidos. Se o projeto for aprovado, os eleitores brasileiros irão às urnas para dizer sim ou não à seguinte questão: "Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?"

Segundo o advogado e integrante do Comitê Nacional da Campanha pelo Plebiscito, Ricardo Gebrim, dezenas de movimentos sociais envolvidos na questão do plebiscito terão que ir para as ruas defender o projeto. "Não podemos deixar que sepultem essa proposta como fizeram em junho de 2013. Agora é o momento de erguer a bandeira do Plebiscito pela Constituinte", disse. (fonte: Brasil de Fato)

ÚLTIMA EDIÇÃO

Jornal Diário de Guarapuava encerra suas atividades depois de 16 anos

Em comunicado oficial, empresa e trabalhadores se despediram de Guarapuava no dia 15 de outubro de 2014. Foram 16 anos do impresso. O Diário agradeceu os leitores. "Trata-se de um 'organismo' com custo operacional altíssimo, que se mostrou inviável nos últimos tempos", anunciou o jornal. Cerca de 40 funcionários já haviam recebido aviso prévio.

O Sindicato lamenta o fechamento do veículo, também acredita que a ação reflete um modelo errado de gestão que as empresas de comunicação do Paraná vêm adotando. A direção do Sindijor irá acompanhar as rescisões contratuais dos jornalistas, pois a empresa deveria ter procurado a entidade que representa os trabalhadores jornalistas, o que não ocorreu.

CORREIOS

Jornalistas comemoram vitória no Acordo Coletivo dos trabalhadores

Retirada da cláusula 70 da proposta de Acordo Coletivo dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi comemorada pelos jornalistas e foi uma grande vitória da categoria na defesa da jornada diferenciada. Tal conquista resultou de um pedido da FENAJ ao Tribunal Superior do Trabalho, que analisou a situação dos Correios em audiência de conciliação, no mês de outubro. O TST reconheceu a FENAJ como parte do processo negocial e os jornalistas como categoria diferenciada, o ministro solicitou que fossem retiradas da proposta para acordo as questões dos jornalistas.

A cláusula 70, proposta pela ECT, buscava estabelecer jornada diária de 6 horas para os jornalistas compensarem folga aos sábados. A FENAJ sustentou que tal proposta era uma retaliação, porque ninguém da área administrativa da empresa trabalha aos sábados, só os jornalistas estão sendo obrigados a trabalhar. Tal postura se deu após recente decisão judicial que reconheceu a jornada especial da categoria. Desde 1º de abril de 2014, os jornalistas da ECT, que cumpriam 44 horas semanais, após decisão da Justiça do Trabalho passaram a cumprir 5 horas por dia.

ESTÁGIO EM JORNALISMO

UFPR e UEPG aprovam estágio de 4 horas

Universidade Federal do Paraná e Universidade Estadual de Ponta Grossa aprovaram programas de estágio que atendem a nova exigência da categoria. Após a negociação coletiva de 2014, os jornalistas paranaenses conquistaram a cláusula de estágio que exige carga horária do estudante em 4 horas diárias, ao longo de cinco dias de trabalho. Para a direção do Sindijor, as medidas das Universidades são exemplares.

INTERNACIONAL

Inglaterra aprova regulação da imprensa escrita

Novo marco regulatório estabelece multas de até um milhão de libras e obriga os periódicos a pedir desculpas publicamente em caso de prática de abusos. Contará com a sanção da rainha Elizabeth II por meio de um Ato Real e só poderá ser modificado com uma maioria parlamentar de dois terços. O acordo interpartidário esconde uma surda batalha em torno do tema. Desde 2013 a Comissão Leveson havia proposto a continuidade do sistema de auto-regulação da imprensa com um código de conduta mais rígido e a criação por lei de um novo organismo supervisor que vigiasse o cumprimento das normas.

TRABALHO

Centrais cobram do STF debate sobre terceirização

CUT, CTB, Força Sindical e Nova Central ingressaram com pedido para participar de processo que define contratação de terceirizados

Luiz Carvalho



A luta contra a terceirização é histórica. Em 2013 (foto), os trabalhadores ocuparam o Congresso para barrar a PL da Terceirização

Entidades sindicais enviaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de participação no processo que julgará a terceirização na atividade-fim. Há dispositivo legal para que entidades com interesse sobre o tema e contribuições a oferecer façam parte do julgamento.

A medida refere-se ao Agravo em Recurso Extraordinário (ARE) 713211, proposto pela empresa Cenibra. A companhia questiona a decisão da Justiça do Trabalho de impedir a terceirização na atividade principal (atividade-fim) após denúncia, em 2001, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Madeira e Lenha de Capelinha (MG) ser confirmada em fiscalização do Ministério Público.

O MP constatou que 11 empresas do grupo mantinham 3.700 trabalhadores em situação considerada ilegal pela legislação trabalhista. Mesmo com decisões do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais e do Tribunal Superior do Trabalho favoráveis ao sindicato e ao Ministério Público, o STF admitiu que o caso fosse julgado como uma ARE.

Isso significa que não é mais a questão específica que está em pauta, mas sim se a terceirização sem limites na atividade principal será permitida. A decisão poderá valer para os demais julgamentos no país. Outra cobrança das centrais sindicais é a realização de uma audiência pública e a liberdade de indicarem especialista que comprovem as consequências da contratação de terceirizados sem qualquer regulação. A decisão cabe agora ao relator da matéria, o ministro Luiz Fux. (Fonte: CUT)

DEMISSÔMETRO

GRPCOM intensifica demissões e aumenta insegurança entre jornalistas



Arquivo

No principal jornal impresso do Grupo, Gazeta do Povo, as demissões “a conta gotas” foram recorrentes este ano. Para o Sindijor, a estratégia das demissões periódicas é descaracterizar a demissão coletiva

Demissões na Gazeta do Povo, uma prática recorrente este ano. Até agosto, 23 profissionais haviam sido demitidos pelo jornal. Seja no formato das demissões massivas ou mesmo a “conta-gotas”, o saldo final é uma redução drástica de profissionais. Entre 2011 e 2014, o grupo demitiu 78 profissionais, sendo 43 da Gazeta do Povo, 25 da RPC-TV e 10 da Tribuna do Paraná.

A prática adotada pela direção da Gazeta do Povo não levou em consideração a cláusula 20 da Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas. O documento obriga as empresas com mais de 50 funcionários, para casos com mais de 15 demissões, a se enquadrar em determinados critérios preferenciais para os desligamentos. Para o Sindijor, a política da empresa é voltada a privilegiar setores burocráticos e administrativos, prejudicando a redação.

Entre 2011 e 2013, o Sindicato criou o “Demissômetro”, instrumento de denúncia. A ferramenta mostrou que dez empresas no estado demitiram 156 profissionais em dois anos. Ao todo, foram 287 demissões no período em todas as empresas no Paraná, em rádio, TV e jornal. O grupo recordista desta prática

continua sendo o GRPCOM, que agora no mês de novembro demitiu mais cinco profissionais.

Na nova leva de cortes, foram dispensados três jornalistas de sucursais da Gazeta do Povo no interior do estado, além de um fotógrafo em Curitiba. Um repórter da redação na capital solicitou desligamento e não há confirmação de que sua vaga será preenchida. Segundo informado por William Zampini, diretor de recursos humanos do jornal, os cortes fazem parte da política de contenção de gastos diante do crescimento do déficit no último período. Já o fechamento das sucursais é irreversível, no momento, segundo ele, e não há previsão para recontração de profissionais.

Para a direção do Sindijor, a atitude do GRPCOM demonstra uma séria desvalorização dos jornalistas por parte de um grupo que, paradoxalmente, prega valores tais como a ética e a democracia. A cada rodada de novas rescisões de contratos fica evidente que o grupo privilegia os setores burocráticos, gerenciais e de controle dos funcionários, em detrimento dos postos de trabalho dos jornalistas.

JUSTIÇA

Atlético-PR é obrigado a permitir acesso de jornalistas à Arena da Baixada

A Justiça do Paraná determinou que o Atlético-PR não crie restrições de acesso de jornalistas à Arena da Baixada

A decisão é válida para todos os jogos do Campeonato Brasileiro 2014. A liminar, assinada pela juíza Ana Paula Becker, atende o pedido do Sindijor-PR e impõe multa de R\$ 1.000 para cada profissional que seja impedido de trabalhar na Baixada. Segundo o advogado Roberto Mezzomo, do escritório Sídney Machado Advogados Associados, o Atlético-PR vem recusando sistematicamente o credenciamento de jornalistas, especialmente de fotógrafos, que precisam pedir autorização para trabalhar em jogos na Arena da Baixada.

SETEMBRO

Planejamento 2014 do Sindijor foi realizado

A reunião foi realizada na sede do Sindicato. Na ocasião, foram revisadas as atividades da atual gestão – Juntos Somos Mais Fortes

“O fato da diretoria se reunir mostra uma disposição do grupo que está acompanhando a gestão desde o começo”, disse Guilherme Carvalho, presidente do Sindijor. Para a direção houve avanços em muitas questões, tanto nas propostas de campanha quanto ao que foi deliberado no congresso estadual dos jornalistas (março de 2014).

Em dois anos e meio de gestão, a atual administração do Sindijor cumpriu na íntegra 43% dos itens de campanha. A direção destaca questões como a

reformulação do site da entidade, assim como canal de denúncias para violações de direitos trabalhistas. Outros itens destacados foram as melhorias na infraestrutura na sede administrativa da entidade e mudança na relação com o sindicalizado (cadastros, atualização online dos dados do jornalista, agilizar o atendimento via web, avaliação semestral da Prova de Imagem, retomar Congresso Estadual dos Jornalistas e devolução do imposto sindical).

ELEIÇÃO 2014

Sindijor lançou plataforma em defesa da categoria e de uma comunicação democrática

Durante as eleições o Sindicato elaborou uma plataforma pelos direitos dos jornalistas. A redação foi composta por itens aprovados no Congresso Estadual dos Jornalistas (março)

O objetivo foi levar as questões dos trabalhadores jornalistas aos candidatos que disputaram as eleições. Para a direção do Sindijor, era obrigação de todos os candidatos, principalmente os que centralizam a disputa para governo, se posicionarem em defesa de uma comunicação democrática. Porém, fechar os olhos da sociedade parece uma prática recorrente entre os que almejam o Palácio Iguazu. Dos “grandes” ao pleito executivo, não houve qualquer manifestação.

Confira os políticos que estão ao lado dos jornalistas paranaenses: Governo - Bernardo Pilotto (PSOL) / Rodrigo Tomazini (PSTU); Senado - Evandro Castagna (PSTU) / Marcelo Almeida (PMDB) / Ricardo Gomyde (PC do B) / Professor Piva (PSOL); Deputado Federal - Thiago Bagatin (PSOL) / André Vieira (PT) / Nilton Bobato (PC do B) / Ulisses Kaniak (PT) / Prof. Marlei (PT); Deputado Estadual - Luciano Egidio Palagano (PSOL) / Tadeu Veneri (PT) / João Bombardelli (PSC) / Alex Julio Barbosa (PSOL) / Márcio Pacheco (PPL) / José Carlos Schiavinato (PP) / Rasca Rodrigues (PV) / Mauri Gauer (PSOL) / Prof. Josete (PT) / Professor Lemos (PT) / Toni Reis (PC do B).

FISCALIZAÇÃO

Sindijor notifica Fundação Araucária

O Sindicato enviou notificação à Fundação Araucária - SETI (Secretaria das Ciências, Tecnologia e Ensino Superior) por irregularidade trabalhista. O objetivo do Sindijor é que a Secretaria regularize a carga horária dos trabalhadores jornalistas concursados que lá trabalham. Por lei, a jornada da profissão é de cinco (05) horas diárias. A entidade que defende a categoria também se colocou à disposição para demais esclarecimentos, assim como negociar com a Fundação.

Londrina: Eleições no Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná

O Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná tem nova direção. A Chapa Jornalistas Mobilizados foi eleita com 97 votos, de um total de 101 votantes. O resultado final mostra que houve uma grande adesão às propostas da Chapa, com o referendo de 97 votos (96,04%) favoráveis, com quatro votos em branco (3,96%) e nenhum anulado, do total de 101 votantes.

SETEMBRO

Casa do Jornalista: Nova placa de identificação foi instalada

Regis Luis Cardoso



O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (SindijorPR), Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná (ARFOCPR), Sindicato dos Gráficos e Empregados em Jornais e Revistas do Paraná, Sindicato dos Radialistas do Paraná e Sindicato dos Publicitários do Paraná instalaram uma nova placa de identificação na Casa do Jornalista.

A atual diretoria do Sindijor explica que as reformas são parte dos planejamentos da gestão Juntos Somos Mais Fortes. O projeto de reforma incluiu também melhorias estruturais no telhado do prédio, auditório e área comum. Os gastos com as obras são divididos entre as entidades que estão instaladas na Casa do Jornalista. A diretoria do Sindijor informa que o valor da reforma é financiado com o dinheiro do imposto sindical.

Atenção estudante paranaense! 19º Sangue Novo está com inscrições abertas

Quer mostrar seu talento? Então participe do tradicional Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense



Entrega do Prêmio Sangue Novo 2013

O evento promovido pelo Sindijor abriu inscrições no início de novembro para sua 19ª edição. O Prêmio busca contribuir para a melhoria da qualidade de ensino nas escolas de Jornalismo. Também valoriza atividades acadêmicas e motiva jornalistas que farão a diferença no futuro.

Destinado aos estudantes de Jornalismo e respectivas instituições de ensino dentro do Estado do Paraná, o Prêmio chega à 19ª edição. Este ano, o Sangue NOVO será concedido para 22 categorias.

As inscrições vão até 19 de dezembro 2014. No início de fevereiro de 2015 serão divulgados os nomes dos finalistas e na segunda quinzena de março acontecerá a cerimônia de premiação. Participe: www.premiosanguenovo.com.br.

INSCRIÇÕES: 01 de novembro a 19 de dezembro

INFORMAÇÕES NO SITE: www.premiosanguenovo.com.br



Entrega do 9º Prêmio Sangue Bom será dia 8 de dezembro

A festa do 9º Prêmio Sangue Bom do Jornalismo Paranaense acontece dia 8 de dezembro na Fecomércio, em Curitiba. Nesta edição, dez categorias estão na disputa: Reportagem Impressa, para Rádio, Televisão, Internet, para Organizações Sindical ou Social, Fotografia, Artes, Página Diagramada, Assessoria de Imprensa e Projeto de Comunicação Integrada - Mídias Sociais e Inovação na Comunicação.



Inscreva-se: 1º Prêmio Agricultura Familiar de Jornalismo – Região Sul do Brasil

O Sindijor é um dos apoiadores deste Prêmio que tem como principal objetivo promover e divulgar projetos na área da agricultura familiar. Também busca aproximar os veículos de comunicação da temática. Podem participar do 1º Prêmio Agricultura Familiar de Jornalismo, jornalistas diplomados dos três Estados da Região Sul do País (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), com matérias e reportagens publicadas em veículos de circulação e veiculação periódica e de língua portuguesa.

O material apresentado deve, obrigatoriamente, fazer referência à agricultura familiar como fonte de desenvolvimento sustentável. Podem ser inscritas matérias veiculadas no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014. Cada participante poderá inscrever até três trabalhos. O prazo de inscrição é até o dia 31 de dezembro de 2014. Conheça o site: www.premioagriculturafamiliar.jor.br.

